

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Dona Francisca Energética S.A apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e evidenciam todas as informações relevantes própria das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2021.

A Dona Francisca Energética S.A atingiu no ano de 2021 um lucro líquido de R\$ 372 milhões, comparando com o ano de 2020 que foi de R\$ 42 milhões. A queda da receita de venda de energia deve-se exclusivamente ao compartilhamento da concessão descrito no contrato 188/98 firmado junto a ANEEL, onde menciona que, no vigésimo primeiro ano de operação comercial, a DFESA passa ter uma participação de 85% do Consórcio Dfesa e

CEEE, uma perda de 5% , consolidada a partir de fevereiro de 2021. Possui contrato de venda de energia até o ano de 2025, onde toda a energia assegurada é vendida proporcionalmente conforme participação de cada acionista no negócio. No ano de 2021 a receita líquida gerada foi de R\$ 66.797 mil e foi efetuado o pagamento de R\$ 42 milhões a título de dividendos oriundos do resultado de 2020.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças que indiquem, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras do ano de 2020. A administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de seus ativos.

Perfil

A Usina Hidrelétrica (UHE) Dona Francisca está instalada no rio Jacuí, o maior do interior do Rio Grande do Sul Último aproveitamento hidrelétrico de grande porte deste rio, o empreendimento fica entre as cidades de Agudo e Nova Palma (na região central do Estado), e aproximadamente 30 km da cidade de Dona Francisca.

O contrato inicial de concessão junto a ANEEL foi assinado em 28 de agosto de 1998, com

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		16	13	Fornecedores de produtos e serviços		1.783	1.909
Aplicações financeiras	3	7.333	8.306	Obrigações trabalhistas		206	172
Contas a receber de clientes partes relacionadas	4	5.887	6.234	Imposto de renda e contribuição social a recolher		556	570
Outros ativos circulantes		333	9	Impostos e contribuições a recolher		281	355
Total do ativo circulante		13.569	14.562	Termo de acordo GSF	7	15.294	-
Ativo não circulante				Dividendos obrigatórios a pagar	8	372	420
Outros ativos não circulantes		2.323	2.548	Outros passivos circulantes		1.446	1.446
Imobilizado	6	108.069	111.688	Total do passivo circulante		19.938	4.872
Intangível	7	56.463	-	Passivo não circulante			
Total do ativo não circulante		166.855	114.236	Provisão para passivos regulatórios e cíveis	11	228	213
Total do ativo		180.424	128.798	Programa de pesquisa e desenvolvimento	12	(34)	1.486
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Termo de acordo GSF	7	42.793	-
				Total do passivo não circulante		42.987	1.699
				Patrimônio líquido			
				Capital social	8	67.200	67.200
				Reservas de lucros	8	50.299	55.027
				Total do patrimônio líquido		117.499	122.227
				Total do patrimônio líquido e passivo		180.424	128.798

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	67.200	13.440	42.353	-	122.993
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.007	42.007
Dividendos distribuídos	-	-	(42.353)	-	(42.353)
Dividendos obrigatório a pagar	-	-	(420)	-	(420)
Reserva de lucros	-	-	42.007	(42.007)	-
Em 31 de dezembro de 2020	67.200	13.440	41.587	-	122.227
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.231	37.231
Dividendos distribuídos	-	-	(41.587)	-	(41.587)
Dividendos obrigatório a pagar	-	-	(372)	-	(372)
Reserva de lucros	-	-	37.231	(37.231)	-
Em 31 de dezembro de 2021	67.200	13.440	36.859	-	117.499
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL |

A Dona Francisca Energética S.A. (“DFESA” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e local principal de negócios em Agudo, Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como base de sua formação o edital de licitação da CEEE/SUG/UHEDF/96-6357 de 1996, no qual a CEEE propõe participação para exploração do potencial Hidroelétrico de sua propriedade perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo como objetivo: (a) construir e operar a Usina Hidrelétrica Dona Francisca através da formação de um consórcio para exploração do Contrato de Concessão nº 188/98, emitido pela ANEEL; (b) explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, inclusive para gerar e comercializar a correspondente energia elétrica; (c) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (d) participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que essas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ou para fins fiscais, conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria Companhia. O Contrato de Concessão nº 188/98 da ANEEL que regula a exploração compartilhada do potencial hidroelétrico da Usina Dona Francisca tem prazo de vigência de 37 anos, contados a partir da assinatura do contrato em 28 de agosto de 1998. A participação de cada consorciado ao longo da concessão segue conforme tabela abaixo:

Companhia	Quota (%)
Para os 10 primeiros anos de operação comercial (2001 a 2011)	
CEEE	5
DFESA	95
Do 11º até o 20º ano de operação comercial (2011 a 2021)	
CEEE	10
DFESA	90
Do 21º primeiros anos de operação comercial até o fim da concessão (2037)	
CEEE	15
DFESA	85

A Concessão nº 188/98 da ANEEL prevê que a líder do consórcio perante o Poder Concedente é a CEEE, a qual tem, entre outras responsabilidades, registrar na CCEE a energia assegurada à DFESA, conforme quotas de participação, independentes do balanço energético mensal, que pertence a CEEE com o ônus e o bônus deste. As regulações das questões operacionais da Usina estão descritas no Contrato de Formação do Consórcio CEEE/9702955 celebrado entre DFESA e CEEE. O custo de produção da Usina, tributos, encargos, ônus e/ou obrigações legais da Usina são rateados aos consorciados proporcionalmente à sua participação na concessão, entre outros destacamos serviços de O&M, Compensação Financeira, Seguros, Vigilância, Materiais e ou Equipamentos de reposição, etc. A Dona Francisca Energética S.A. foi constituída em 28 de agosto de 1998. A Usina entrou em operação em 5 de fevereiro de 2001. O prazo de concessão é de 37 anos a partir de 1998. A Usina está localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo as seguintes características (informações não auditadas):

Localização:	Rio Jacuí
Capacidade instalada:	125 MW
Energia assegurada da usina (MW médio):	75,9 MW
Energia Assegurada da usina (Ano)	664.884MWh
Unidades geradoras:	2
Início da construção:	Agosto de 1998
Entrada em operação:	Fevereiro de 2001
Última unidade a entrar em operação:	Abril de 2001

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS |

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. **Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. **d. Aplicações financeiras:** Aplicações financeiras são classificadas pelo valor justo por meio do resultado

CEEE, uma perda de 5% , consolidada a partir de fevereiro de 2021. Possui contrato de venda de energia até o ano de 2025, onde toda a energia assegurada é vendida proporcionalmente conforme participação de cada acionista no negócio. No ano de 2021 a receita líquida gerada foi de R\$ 66.797 mil e foi efetuado o pagamento de R\$ 42 milhões a título de dividendos oriundos do resultado de 2020.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças que indiquem, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras do ano de 2020. A administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de seus ativos.

Perfil

A Usina Hidrelétrica (UHE) Dona Francisca está instalada no rio Jacuí, o maior do interior do Rio Grande do Sul Último aproveitamento hidrelétrico de grande porte deste rio, o empreendimento fica entre as cidades de Agudo e Nova Palma (na região central do Estado), e aproximadamente 30 km da cidade de Dona Francisca.

O contrato inicial de concessão junto a ANEEL foi assinado em 28 de agosto de 1998, com

início de suas operações em 2001 tem uma potência instalada de 125 MW, o que representa o equivalente à demanda de uma cidade de 350 mil habitantes. Com a regulação homologatória da ANEEL 2932 de 14 de setembro de 2021, que definiu a extensão da outorga das usinas participantes do MRE, entre elas a UHE Dona Francisca, ficou definido que a data final da concessão passa de 28/08/2033 para 21/09/2037

A Dona Francisca Energética é constituída pelas empresas: Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC, Gerdau S.A e Statkraft – Energia renováveis S.A.

Agradecimento

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Agudo 24 de fevereiro de 2022.

A Administração			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	13	66.797	70.313
Custo de operação	14	(24.675)	(24.538)
Lucro bruto		42.122	45.775
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	14	(1.929)	(1.608)
Outras despesas operacionais, líquidas	14	-	(25)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		40.193	44.142
Receitas financeiras	16	489	296
Despesas financeiras	16	(1.153)	(88)
Resultado financeiro		(664)	208
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		39.529	44.350
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	5	(2.298)	(2.343)
Lucro líquido do exercício		37.231	42.007
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	9	0,056	0,063
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	37.231	42.007
Total de resultado abrangente do exercício	37.231	42.007
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	37.231	42.007
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	4.870	4.533
Amortização	1.652	-
Provisão para passivos regulatórios e cíveis	15	24
Receita de juros de aplicações financeiras	(403)	(285)
Receita de juros recebidos CCEE	(86)	-
Imposto de renda e contribuição social	2.297	2.343
	45.576	48.622

Variação de ativos e passivos		
Aumento/diminuição de contas a pagar	(126)	(74)
Aumento/diminuição de contas a receber	347	-
Aumento de outros ativos	(99)	(1.338)
Aumento de outros passivos	(1.520)	1.362
Caixa gerado pelas operações	44.178	48.572
Pagamento imposto de renda e contribuição social	(2.287)	(2.286)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	41.891	46.286
Investimentos em aplicações financeiras, líquido	1.376	(2.442)
Adições de imobilizado	(1.257)	(1.071)
Caixa líquido aplicado (usado) nas atividades de investimento	119	(3.513)
Dividendos pagos	(42.007)	(42.781)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (Redução) aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	3	(8)
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do exercício	13	21
no final do exercício	16	13
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

em processos regulatórios e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, quanto na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. **I. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. O resultado das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. As principais estimativas realizadas pela Administração referem-se à provisão para passivos regulatórios e cíveis (Nota Explicativa nº 11) e definição da vida útil do imobilizado (Nota Explicativa nº 6). **m. Ativos Financeiros:** Em relação a classificação e mensuração de Ativos financeiros, o IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no IAS 39. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: **• Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas: **• Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);** **• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).** Outras Normas **• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60 – Imobilizado;** **• Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);** **• Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);** **• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);** **• IFRS 17 Contratos de Seguros;** **• Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);** **• Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8);** **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).** A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não espera que elas tenham impacto material sobre estas quando adotadas.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS |

	31/12/2021	31/12/2020
Renda fixa - Fundo Paraopeba	7.333	8.306
	7.333	8.306

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo Paraopeba, o qual é classificado como “Renda Fixa”, composto por papéis a preços e taxas de mercado equivalentes a remuneração do Certificado de Depósitos Bancários, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As

CONTINUAÇÃO

aplicações financeiras incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e investimentos em valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
A Companhia realiza operações de venda de energia elétrica, com partes relacionadas, conforme demonstradas abaixo:			
2021	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (a pagar)
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.118	-	1.356
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.484	-	125
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.118	-	1.356
Empresas do Grupo Gerdau:	-	-	-
Gerdau S.A.	36.264	-	3.050
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(319)	(26)
Gerdau Previdência Privada	-	(45)	-
Total de partes relacionadas	69.984	(364)	5.861
2020	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (a pagar)
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.949	-	1.436
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.562	-	132
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.949	-	1.436
Empresas do Grupo Gerdau:	-	-	-
Gerdau S.A.	38.136	-	3.230
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(260)	(24)
Gerdau Previdência Privada	-	(39)	-
Total de partes relacionadas	73.596	(299)	6.210

Toda a venda de energia é assegurada para os sócios conforme sua participação societária. As condições de compras e vendas de energia são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, previstas em contrato e não são comparáveis a outras operações realizadas com terceiros não relacionados. Além das transações acima, a Companhia mantém a aplicação financeira mencionada na nota explicativa nº 3 com a empresa relacionada Paraopeba, uma controlada da Gerdau S.A.

6. IMOBILIZADO			
Em 1º de janeiro de 2020			
Adições	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados
Baixas	17.306	97.478	321
Depreciações	-	378	21
	-	-	(2)
	-	(4.450)	(62)
Saldo em 31/12/2020	17.306	93.406	278
Custo total	17.306	183.681	339
Depreciação acumulada	-	(90.274)	(60)
Em 1º de janeiro de 2021	17.306	93.407	279
Adições	-	1.213	44
Baixas	-	-	-
Depreciações	-	(4.799)	(47)
Saldo em 31/12/2021	17.306	89.821	276
Custo total	17.306	185.036	266
Depreciação acumulada	-	(95.141)	(97)
Valor Residual	17.306	89.895	169
Taxas anuais de depreciação %	-	2 a 5,8	16,67

Conforme Orientação OCP 05 - Contrato de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide de Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo de concessão no processo de reversão dos bens ao Poder Concedente, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo de concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo de concessão. O mesmo tratamento contábil deve ser analisado para os contratos de concessão (uso do bem público) assinados entre 1995 a 2004, sob a égide do Decreto nº 2003, art. 20. A Administração da Companhia analisou os efeitos dessa Orientação e constatou com sua assessoria jurídica que a Companhia tem direito à indenização no final do prazo de concessão. Desta forma, decidiram por continuar adotando as taxas de depreciação de acordo com as estipuladas pela ANEEL e não pelo prazo de concessão.

7. INTANGÍVEL

Com a edição da Lei nº 14.052/2020 e da Resolução ANEEL nº 895/2020, foi reconhecido que parte das perdas sofridas pelo consórcio da UHE Dona Francisca, na qualidade de participante do MRE, foram provocadas por fatores não hidrológicos, permitindo a sua reparação. Quantificadas as perdas sofridas e homologadas pela ANEEL, foi proposto um acordo de reparação mediante a prorrogação de extensão de prazo de concessão de 2033 a 2037, mediante renúncia às ações, administrativas e/ou judiciais, promovidas para discutir o impacto financeiro provocado pelo *Generation Scaling Factor* GSF. Dada a importância desse ajuste, em especial pelo impacto financeiro positivo da prorrogação do contrato de concessão, CEEE-G e DFESA entabularam o Termo de Acordo, de modo a regular a adesão ao novo RNE proposto pela legislação acima mencionada. Foi definido que a DFESA pagará à CEEE-G a quantia acordada no Termo de Acordo, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante; e que durante o período de extensão do contrato de concessão, serão mantidos os percentuais de participação das partes no consórcio (85% DFESA e 15% CEEE-G), bem como rateados os ônus e bônus advindos da garantia física da usina, o risco hidrológico e o risco de engenharia, conforme os termos e extensão do Termo de Acordo, em idêntica proporção (85% DFESA e 15% CEEE-G).

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital autorizado e subscrito

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 67.200 representado por 666.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada a seguir:

	Quantidade	%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	153.381.798	23,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC	153.381.798	23,03
Gerdau S.A.	345.109.212	51,82
Statkraft Energias Renováveis S.A.	14.127.192	2,12
	666.000.000	100,00

Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:			
Com base nos montantes de receita bruta para todos os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação com a presunção de lucros.			
Imposto de renda	31/12/2021	31/12/2020	
Receita bruta de vendas	69.984	73.596	
Alíquota de presunção de lucro (IR)	8%	8%	
Base de cálculo	5.599	5.888	
Alíquota de imposto de renda	15%	15%	
Imposto de renda sobre vendas	840	883	
Base de cálculo do adicional	5.359	5.648	
Alíquota de imposto de renda	10%	10%	
Imposto de renda sobre vendas	536	565	
Acréscimos à base de cálculo	489	296	
* Rendimento de aplicação financeira	403	285	
* Receita de juros	-	5	
* Juros recebidos MAE/CCEE	86	6	
Alíquota combinada de imposto de renda	25%	25%	
Imposto de renda sobre receita financeira	122	74	
Imposto de renda devido	1.498	1.522	
Contribuição social	31/12/2021	31/12/2020	
Receita bruta de vendas	69.984	73.596	
Alíquota de presunção de lucro (CS)	12%	12%	
Base de cálculo de CS - Receita bruta de vendas	8.398	8.832	
Alíquota de contribuição social	9%	9%	
Contribuição social sobre venda	756	794	
Acréscimos à base de cálculo	489	296	
* Rendimento de aplicação financeira	403	285	
* Receita de juros	-	5	
* Juros recebidos MAE/CCEE	86	6	
Alíquota de contribuição social	9%	9%	
Contribuição social sobre receita financeira	44	27	
Contribuição social devida	800	821	
(=) Imposto de renda e Contribuição social devida	2.298	2.343	

Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Outros	Imobilizado em andamento	Total
17.306	97.478	321	49	-	115.154
Adições	378	21	27	645	1.071
Baixas	-	(2)	(2)	-	(4)
Depreciações	(4.450)	(62)	(21)	-	(4.533)
Saldo em 31/12/2020	17.306	93.406	278	645	111.688
Custo total	17.306	183.681	339	645	202.185
Depreciação acumulada	-	(90.274)	(60)	-	(90.497)
Em 1º de janeiro de 2021	17.306	93.407	279	645	111.688
Adições	-	1.213	44	-	1.257
Baixas	-	-	-	(6)	(6)
Depreciações	-	(4.799)	(47)	-	(4.870)
Saldo em 31/12/2021	17.306	89.821	276	639	108.069
Custo total	17.306	185.036	266	639	203.435
Depreciação acumulada	-	(95.141)	(97)	-	(95.366)
Valor Residual	17.306	89.895	169	639	108.069
Taxas anuais de depreciação %	-	2 a 5,8	16,67	6,25 a 14,29	

aumentar o capital, mas não poderá ser usada para fins de dividendos. A Companhia já atingiu os 20% do capital social realizado, totalizando o valor de R\$ 13.440 nos anos de 2021 e 2020. **Reserva de lucros:** O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 36.859 (R\$ 41.587 em 2020), à disposição da Assembleia Geral Ordinária que, segundo disposições contidas nos incisos 1 e 2 do art. 132 da Lei nº 6.404/76, deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia e a destinação desses lucros acumulados e do resultado do exercício. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado pela destinação da reserva legal. No ano de 2021 foi provisionado o valor de R\$ 372 (R\$ 420 em 2020). No ano de 2021, a Companhia distribuiu a título de dividendos aos seus acionistas o valor de R\$ 42.007 (R\$ 42.781 em 2020) oriundo do resultado apurado do ano de 2019, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária.

9. LUCRO POR AÇÃO			
Conforme requerido pelo CPC 41, Resultado por ação, a tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído.			
	31/12/2021	31/12/2020	
Numerador	Ordinárias	Ordinárias	
Lucro líquido disponível para acionistas	37.231	42.007	
Denominador	(Em milhares, exceto ações)	(Em milhares, exceto ações)	
Ações em circulação (média do ano)	666.000.000	666.000.000	
Lucro por ação (em R\$) - Básico e diluído	0,056	0,063	

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- **Aplicações financeiras** - Estão reconhecidas pelo seu valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras e estão comentadas e apresentadas na Nota Explicativa nº 3.
- **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:**
- **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando a adequá-los ao mercado.
- **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Administração prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos para pagamentos de dividendos. Todas as modalidades de financiamento já foram liquidadas devido ao término do contrato.

DIRETORIA

Diretor Superintendente
MARCOS PRUDENTE

Diretor
PAULO AFONSO LOPES KAFER

GRASIELE GUEDINE
Contadora
CRC/RS 083488-O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Dona Francisca Energética S.A.
Agudo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dona Francisca Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas

na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

11. PROVISÃO PARA PASSIVOS REGULATÓRIOS E CÍVEIS

a. Causas prováveis: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a passivos regulatórios e cíveis:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo cível	228	213
	228	213

A Companhia mantém em seu passivo não circulante o montante de R\$ 228 de contingências referentes a processos cíveis de risco provável. **b. Causas possíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 9,4 milhões, dentro desse valor constam R\$ 8,4 milhões os quais tratam-se de uma indenização por desapropriação movida em desfavor de Dona Francisca Energética e a Companhia Estadual de Energia Elétrica. Para tais demandas, não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

12. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

As concessionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo, o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL), com Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pela Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007. Os recursos de P&D são aplicados da seguinte forma: 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e 20% para o Ministério de Minas e Energia. Os valores são provisionados pelo regime de competência, bem como a atualização financeira desses gastos pela Selic. No ano de 2021 com a Medida Provisória nº 998/2020, convertida em Lei nº 14.120/2021, altera a Lei nº 9.991/2000 e prevê a destinação dos recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia de Covid-19. O Despacho Aneel nº 904/2021 determinou os recolhimentos para a CDE a partir de abril de 2021, sendo que os recolhimentos deverão ser efetuados por meio de emissão de boletos mensais pela CCEE, em 9 (nove) parcelas mensais, atualizadas pela taxa SELIC, no âmbito da execução orçamentária anual da CDE, a partir de 10 de abril de 2021. A cada parcela será incluída, pela CCEE, a atualização pela taxa SELIC desde a data base informada pela ANEEL até o mês anterior ao vencimento. Sendo assim o Despacho 904/2021 da ANEEL determinou que a DFESA destinasse o valor constante em seu passivo para a CDE, além das obrigações de P&D mensais. Por fim, no ano de 2021, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou 05 (cinco) elevações consecutivas. Com isso, a taxa básica de juros da economia nacional atingiu o maior patamar desde 2019. Desde o início do ciclo contracionista da política monetária, em março de 21, a Selic aumentou em 4,25 pontos percentuais, ocasionado o pagamento das parcelas superior ao previsto.

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento	(33)	1.486
	(33)	1.486

13. RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta - Fornecimento de energia elétrica	69.984	73.596
Impostos e contribuições sobre a receita	(2.554)	(2.687)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	(633)	(596)
Receita líquida	66.797	70.313

Conforme previsto nos contratos de Concessão 188/98 e de formação do Consórcio Dona Francisca 9702955 firmados em 1998, no 21º ano de operação da Usina Dona Francisca, a DFESA passa de 90% para 85% e CEEE_G de 10% para 15% de participação no Consórcio, como a operação comercial da Usina foi gradual, o primeiro ajuste foi realizado em 05/02/21 com a entrada da primeira unidade geradora, concluindo a transição em 12/04/21, quando da geração comercial da última unidade, isso explica a diferença de receita comparada entre os anos de 2020 e 2021.

14. DESPESAS POR NATUREZA

Segue detalhamento das despesas por natureza, apresentadas nas demonstrações de resultados:

Custo de operação	31/12/2021	31/12/2020
Manutenção operacional da Usina	4.944	6.030
Compensação financeira	3.200	3.525
Depreciações	4.870	4.533
Amortização	594	-
Uso da rede de transmissão	8.824	8.644
Manutenção da usina	938	628
Outros custos	1.305	1.178
	24.675	24.538
Despesas administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	1.022	876
Serviços advocatícios	442	91
Outras despesas	465	641
	1.929	1.608
Outras receitas/despesas operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Doações COVID	-	25
	-	25

15. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguro com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	31/12/2021	31/12/2020
	Os ativos imobilizados estão seguros para incêndio, danos elétricos, explosão, inundação, quebra de máquina e outros.		
Patrimônio		728.158	455.795

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Outras despesas financeiras	(34)	(20)
Despesa financeira Termo CEEE	(1.030)	-
Atualização Selic P&D	(32)	(43)
Atualização monetária contingência	(57)	(25)
Total de despesas financeiras	(1.153)	(88)
Rendimento de aplicação financeira	403	286
Outras receitas financeiras	86	10
Total de receitas financeiras	489	296
Resultado financeiro líquido	(664)	208

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

CONTINUAÇÃO

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS